

Espaços econômicos: geoestratégia, poder e gestão do território. Eurípedes Falcão Vieira e Marcelo Milano Falcão Vieira. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2003.

Maria Ceci Misoczky*

O livro expressa um empreendimento pouco usual no meio acadêmico — pai e filho como autores, como parceiros afetivos e intelectuais. Como alguns sabem, tive o privilégio de ser aluna de Marcelo M. F. Vieira e, mais tarde, compartilhar com ele projetos e idéias, além de uma inestimável amizade. Nesse sentido, ainda que sem comparação em dimensão e profundidade, esta resenha, como o livro, também é um empreendimento regado a afeto.

A primeira coisa a ser dita sobre o livro se refere à sua pertinência ao momento em que vivemos. O olhar dos autores, compondo diferentes disciplinas e lentes teóricas, produz uma rica e provocante visão sobre aspectos menos óbvios e raramente tratados do processo de globalização.

Para começar, temos a introdução de conceitos clássicos revisados para dar conta do fenômeno dos espaços globalizados, com destaque para a abordagem da compressão espaço-tempo. Aqui, a aceleração do tempo nos processos econômicos (produção, transporte e consumo com rapidez intensificada) conduz à apropriação e transformação do espaço, que passa a ser um produto global definido a partir dos lugares-centro da ação econômica. Parte dessa forma de produção do espaço, decidida exclusivamente pela empresa, se expressa através de conseqüências adversas para os lugares-locais, em função da liberdade de transladar-se que as corporações possuem no espaço global.

* Doutora em administração e mestre em planejamento urbano e regional pela UFRGS, onde é professora no Departamento de Ciências Administrativas da Escola de Administração, e consultora do grupo Observatório da Realidade Organizacional. E-mail: mcaraujo@ea.ufrgs.

Assim, o foco das estratégias é o domínio de mercados internacionais com o uso de diversos instrumentos de ação direta, como é o caso do poder militar. Nesse novo cenário global a rapidez dos deslocamentos no espaço-tempo é facilitada pelas territorialidades nacionais dependentes, com políticas de incentivos fiscais (a guerra dos lugares). Ainda que esses estímulos nem sempre produzam os resultados prometidos, isso se dilui em um ambiente de convencimento pela grande mídia. Os autores alertam para os resultados dessa prática entre os chamados Tigres asiáticos após o término das grandes concessões, com uma profunda recessão econômica e o desemprego em massa. Outra característica desse cenário é, portanto, o processo de concentração do capital e sua capacidade de se irradiar “pelas veias nacionais”, subjugando a mídia e as forças políticas, e desagregando a unidade federativa dos Estados-nações.

Nesse sentido, chamam atenção para o fato de que o espaço e o tempo sociais, que dão suporte ao desenvolvimento, são construções nacionais. A renúncia às territorialidades nacionais é, assim, contraditória à dialética do desenvolvimento próprio, ainda que considerando a necessária inserção global.

Percebe-se, ao longo de todo o livro, um certo lamento pela inexorabilidade do processo que está sendo registrado. Essa desesperança aparece, de modo mais evidente, no capítulo 2, quando os autores afirmam que todas as sociedades nacionais, avançadas, lentas ou retardatárias, “são, e serão ainda mais, fatalmente, envolvidas pelos paradigmas da era informacional”. Esse tom de inevitabilidade voltará várias vezes ao longo do texto. Nesta resenha também se retornará a esse tema, mais adiante...

Após tratar do fenômeno de diferenciação dos espaços a partir do deslocamento do centro de decisões para o exterior, e de sua repercussão sobre a desterritorialização dos novos espaços produtivos, os autores abordam o impacto da sociedade em rede na aceleração das mudanças em processos e formas espaciais. Trata-se de uma reorganização da sociedade com fundamento na economia informacional. Parte dessa reorganização decorre da competitividade destrutiva pelas melhores vantagens e por conquistas sem competidores. É muito interessante o tratamento da competitividade como uma corruptela da competição, representando o poder de corromper e dominar, bem como de impor um estado de consumo antes do estado de produção. “A competitividade produz o enfraquecimento dos valores morais e estimula a competição.”

Outro tema abordado de modo muito interessante é o das redes globais do crime organizado, que desenvolvem estratégias de ação e cooperação em todos os países sendo um ramo complementar, ainda que perverso, do processo de globalização da economia. Assim, economia legal e economia do

crime — ambas em escala global — se confundem, se protegem e seguem o mesmo padrão de “amoralismo econômico”, com a segunda contribuindo para alimentar a primeira, pela entrada de recursos via bolsa de valores ou compra de ativos produtivos ou financeiros.

A segunda parte do livro trata do cenário geoestratégico e das formas de organização e redefinição do território, começando com uma revisão do conceito de região que passa, nesse novo contexto, a incluir a superação da noção de contigüidade; e incluindo a relação com os processos de reforma da administração pública impulsionados pelo Banco Mundial e FMI e indispensáveis para tornar o mundo mais livre para a circulação de bens, serviços e insumos. Configuram-se, então, sistemas de fluxos e de influências de poder que incluem diferentes nós — os lugares-locais, os lugares-globais e os lugares-regionais. Essas formas espaciais permeiam os acordos internacionais de reorganização do espaço econômico mundial, como é o caso da constituição de zonas especiais e áreas de livre-comércio. Uma das conseqüências sociais desse processo de reorganização se expressa no enfraquecimento das organizações de trabalhadores, que sofrem tanto o impacto da provisoriade da localização das organizações no lugar-local, quanto do desemprego massivo (dito estrutural, por alguns).

Assim, a nova dimensão espaço-temporal é definida através de variáveis como a queda de barreiras espaciais (nacionais), a contração espaço-tempo pela alta tecnologia, a redução de distâncias a pontos virtuais, bem como valores, signos e imagens introduzidos pela tecnologia da informação. Nessa nova combinação se produz o lugar-global e, virtualmente, se desterritorializa o lugar-local. Trata-se do pós-modernismo territorial, que muda a natureza do lugar, a representatividade econômica, a inserção em estratégias globais, a interconexão em redes mundiais e a internacionalização das atividades econômicas. Desse modo se cria uma nova concepção de região e se estabelecem novas conexões lógicas entre ação e poder.

Nesse novo cenário, o predomínio da lógica economicista e o desprezo pelas conseqüências sociais do desenvolvimento geram conseqüências perversas em todos os países, sendo o desemprego uma variável evidente e aguda. Além disso, como seria de se esperar, as conseqüências para os países do Terceiro Mundo são ainda mais perversas. Nesse contexto da era informacional, as riquezas são geradas globalmente, mas a pobreza é sofrida localmente.

Este e outros aspectos do exercício do poder em escala global levam a questão sobre que papel resta para o Estado-nação. Sua fragilidade no âmbito interno, decorrente de uma imensa desestruturação interna — conseqüência dos processos de reforma do Estado, disseminados no âmbito da nova administração pública, da abertura econômica, dos processos de privatiza-

ção, dos benefícios e renúncias fiscais, da proteção aos capitais de curto prazo, entre outros aspectos — leva a uma grande fragilidade nas relações internacionais. Parece que lhe cabe pouco mais que administrar as decisões e influências do poder econômico global. Aqui os autores apontam para a relevância do fortalecimento das regiões transnacionais (no caso do Brasil trata-se do fortalecimento do Mercosul), como uma das poucas possibilidades de enfrentamento da crise do Estado-nação.

Como já mencionei, em alguns momentos da leitura me senti incomodada com o pessimismo dos autores. Ao mesmo tempo em que me identificava com a preocupação com as conseqüências sociais desse processo, lamentava a afirmação de que não existem alternativas. Quero crer que eles mesmos se sentiram um pouco incomodados. Nos últimos capítulos do livro aparecem dicas sobre possíveis saídas dessa armadilha, com um enfoque voltado para as particularidades do Terceiro Mundo e, em especial, da inserção do Brasil na América Latina. Também aparecem menções, ainda que nas últimas páginas, sobre os movimentos sociais que emergiram nesse contexto de globalização. Afinal, se os espaços econômicos foram redesenhados por estratégias de poder aliadas ao uso de tecnologias, em especial a da informação, o mesmo se pode dizer com relação aos movimentos que contestam o sistema.

É claro que esse não era o enfoque, e nada mais chato do que alguém cobrando dos textos e de seus autores coisas que não deveriam estar ali. É só que, para encerrar esta resenha, senti a necessidade de lembrar que esse desenvolvimento tecnológico que propiciou essa dominação (de algumas poucas corporações e de seus representantes em governos dos países centrais, bem como do crime organizado) tão sem precedentes na história da humanidade, também propicia a criação de redes de resistência e de construção de alternativas, de modo também sem precedentes.